



Rua Mato Grosso, 539 - Conj. 601/603
Barro Preto - CEP 30.190-080 - BH - MG
e-mail: comunicacao@sindojusmg.org.br
www.sindojusmg.org.br

INFORMATIVO Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais

SINDOJUS MG

“oculu veritas”

Belo Horizonte • MG • Ano IV • Nº 5 • Março de 2011

Tribunal opta por GTs para tratar das reivindicações dos servidores



Daniela Freire

Reunião que marcou o início das discussões sobre a regularização dos concursos de Promoção Vertical

Dando prosseguimento às negociações iniciadas no ano passado, o TJMG realizou a primeira reunião de 2011 com os sindicatos, dia 11 de fevereiro. Porém, com exceção do Adicional de Periculosidade, cujo projeto de lei foi aprovado no ano passado e já virou lei, não há nada

de novo em relação às pautas de reivindicações dos servidores, a não ser as discussões sobre os concursos em atraso da Promoção Vertical e a criação de vários Grupos de Trabalho e Comissões, com designações de representantes das entidades, para tratar de questões pontuais. **PÁGINAS 3 e 4**

NESTA EDIÇÃO

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE É UMA VITÓRIA DO SINDOJUS/MG E DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Páginas 6 a 7



Carros luxuosos para magistrados e verba ínfima para as diligências

A matéria da Agência Estado, publicada em 22 de fevereiro no site do jornal Hoje em Dia, informava que muitos Tribunais de Justiça não vêm obedecendo a norma estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) segundo a qual todos os tribunais do País deveriam publicar, até 31 de janeiro de cada ano, a lista de veículos oficiais em espaço permanente e facilmente acessível do site da instituição. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, apurou a Agência Estado, "só incluiu a relação da frota de veículos (477, no total) no link 'Transparência' de seu site no último dia 4, após contato feito pela reportagem".

No caso específico do TJMG, mais importante é registrar que, enquanto disponibiliza carros luxuosos para juízes e desembargadores, que dificilmente se deslocam de seus gabinetes durante o horário de trabalho, o Tribunal faz vistas grossas – pior do que isso, "ignora" – as dificuldades há anos vividas pelos seus oficiais de justiça. Além de utilizarem o próprio veículo para o trabalho, bancando ainda as despesas de manutenção e abastecimento do mesmo, os oficiais mineiros recebem apenas R\$ 5,00 para realização das diligências

da zona urbana e R\$ 6,50 para a zona rural, já que a maioria dos mandados a serem cumpridos (mais de 80%) são da assistência judiciária. Recursos, portanto, existem. O que falta à administração do Tribunal é "vontade política" ou definir prioridades. E é por isso que o SINDOJUS/MG, respaldado pela categoria, insiste na luta pela equi-

paração da verba indenizatória da assistência judiciária à Tabela D, da Lei 14.939/2003. Na pauta de reivindicações que negocia com a administração do TJMG, o Sindicato também reivindica carro oficial para condução coercitiva das testemunhas faltosas e para cumprimento dos mandados da assistência judiciária da zona rural.

Carros oficiais do TJMG

De representação.....	11
Transporte institucional (Capital).....	174
Transporte institucional (Interior)	03
De serviços (Capital)	200
De serviços (Interior).....	89
Total	477



Sejam bem-vindos, novos filiados

Ademir da Silva Filgueiras (Divino)
Aline Saldanha Ferreira Silva (Belo Horizonte)
Daniel Barbieri Lacerda (Ituiutaba)
João Lúcio Nunes (Divino)
Jorge Luiz Martins (Lambari)
José Mansur Filho (Visconde do Rio Branco)
Luciana Pereira Torres (Coronel Fabriciano)
Regina Célia Santos (Tupaciguara)
Sônia Gomes Nunes (Belo Horizonte)

Estes são os Oficiais de Justiça Avaliadores que se filiaram nos meses de janeiro e fevereiro de 2011. Para se filiar, compareça à sede do SINDOJUS/MG, munido de cópias do termo de posse, do contracheque e do comprovante de endereço, mais duas fotos 3x4 recentes, ou envie-os ao Sindicato (Rua Mato Grosso, 539, Conj. 601/603, Barro Preto, CEP 30.190-080, Belo Horizonte, Minas Gerais), juntamente com o Requerimento de Filiação (devidamente preenchido) que se encontra disponível, para impressão, no site www.sindojusmg.org.br, "Sindicato", "Filie-se".

SINDOJUS MG

Publicação do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais - SINDOJUS-MG. Rua Mato Grosso, 539 - Conj. 601/603 - Barro Preto - CEP 30.190-080 - Belo Horizonte - MG - Fones/Fax: (31)2514-0327/0347 - E-mail: comunicacao@sindojusmg.org.br
Site: www.sindojusmg.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente: Cláudio Martins de Abreu; Vice-Presidente: Roberto Márcio de Oliveira Campos; Secretária-Geral: Eneida Scussel Gripp; Diretor Financeiro: Samuel Gabriel Silva Oliveira; Diretor de Núcleo de Assuntos Sindicais: Erlon Ângelo Cunha.

CONSELHO DIRETOR - Diretor Administrativo: Francisco Guilherme da Silveira Bicalho; Diretora Administrativa Adjunta: Jovita Maria Alves; Diretor Jurídico: Ricardo Augusto de Andrade; Diretor de Núcleo dos Aposentados: Daniel Maia da Silva;

Diretor de Núcleo Político: Marcus Vinicius de Souza Reis; Diretor de Núcleo de Comunicações: André dos Santos da Silva.

CONSELHO FISCAL - José Lúcio de Oliveira, Marlene Trindade, Nivalde Antunes Bahia, José Cirilo e José Augusto de Menezes Sobrinho.

Redação e revisão: Gil Carlos Dias e Daniela Freire (estagiária).

Editor e Jornalista Responsável: Gil Carlos Dias - Reg. Mtb. MG 17059.

Editoração: Técnica Composição e Arte Ltda - Tel.: (31) 3292-0217.

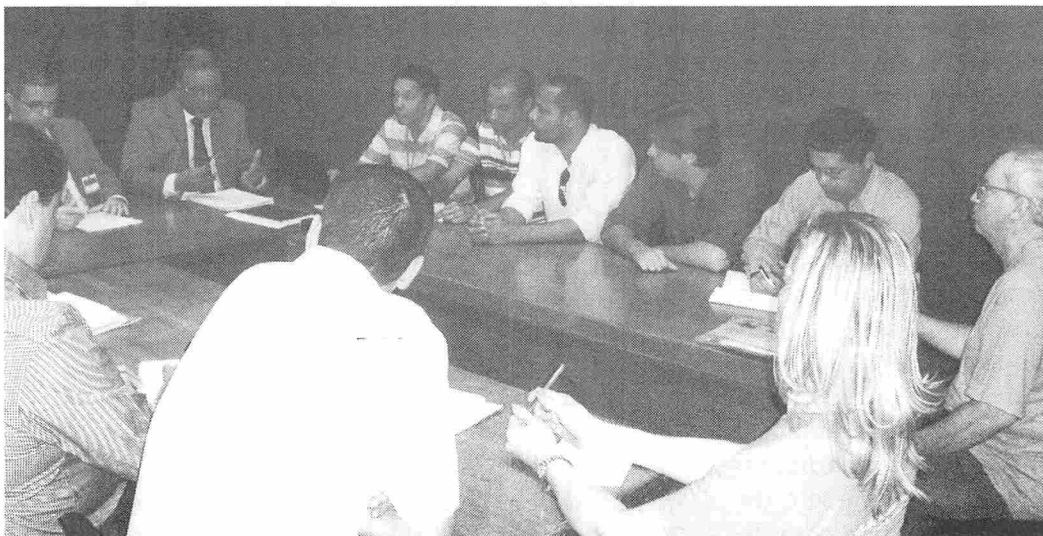
Gráfica: Fumarc. Tiragem - 1.500 exemplares.

NEGOCIAÇÕES

Novidade só a criação de GTs para tratar de alguns pleitos

O presidente Cláudio Martins de Abreu e os diretores Ricardo Augusto de Andrade (Jurídico) e Érlon Angelo Cunha (Sindical) representaram o SINDOJUS/MG na primeira reunião do ano das negociações dos sindicatos com o Tribunal de Justiça, ocorrida em 11 de fevereiro. O interlocutor da presidência, Luiz Carlos Gonçalo Elói, e o titular da Seplag, Renato Cardoso Soares, além do assessor dessa Secretaria, Renato Lima, representaram o Tribunal.

A única novidade foi o compromisso do Tribunal de constituir dois Grupos de Trabalho: um para tratar da Reestruturação da 1ª Instância e outro para estudar um índice de reajuste dos servidores para 2011, já que a "Data-Base", aprovada em 2010, é o dia 1º de maio. Com relação à promoção vertical, o Tribunal reafirma que os editais dos concursos de PV de 2009 e 2010 serão publicados, possivelmente, no segundo semestre, sob a alegação de que não há como fazer a apuração das vagas sem o fechamento do concurso de 2008, o que deverá ser concluído até junho. Entretanto, foi marcada uma reunião para o dia 22/02 (veja matéria na página 10) para discu-



Representantes do TJMG e dos sindicatos na primeira reunião de negociações de 2011

tir especificamente este assunto. E a respeito do Adicional de Periculosidade, adiantou que a questão (pagamento ou previsão de pagamen-

to) só será tratada após o reestudo do orçamento, em abril. Conforme prevê o artigo 3º, inciso I da Lei 19.480/2011, que instituiu o Adicional de

Periculosidade, a implementação desse adicional está condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros.

Nível Superior e Equivalência Salarial: mais uma lição!

Diferentemente do que prometera no final do ano passado, o titular da Seplag, Renato Cardoso Soares, avisou logo aos sindicatos que não discutiria a regulamentação dos artigos 53 (curso superior) e 63 (equivalência salarial) na reunião de 11 de fevereiro.

Ele informou que esse pleito do SINDOJUS/MG está momentaneamente parado, em razão de pedido interposto pelo Serjusmig no Conselho Nacional de Justiça, o que revela que a atuação desordenada de outras entida-

des, ao invés de ajudar, pode prejudicar todo um trabalho que vem sendo realizado pelo SINDOJUS/MG para implementação do nível superior e equiparação salarial desde as emendas apresentadas no processo legislativo que culminou com a aprovação da LC 105/2008, passando pela contratação de parecer do constitucionalista Alexandre de Moraes e outras medidas, em andamento ou que serão interpostas em breve, fruto de toda uma estratégia já estabelecida em decorrência de sopesados es-

tudos. O secretário afirmou que o presidente do Tribunal aguardava a decisão do CNJ para se manifestar. Apesar do impasse criado, o SINDOJUS/MG, sem prejuízo de tais medidas, sugeriu-lhe a criação de um Grupo de Trabalho para tratar do assunto. Renato Cardoso Soares ficou de levar a proposta ao conhecimento do desembargador Cláudio Costa. No dia 16/02 saiu a decisão do CNJ negando o pedido do Serjusmig. O Sindojusmig aguarda, então, nova posição do TJMG.

GRUPOS DE TRABALHO

Alguns estudos começam e outros já estão em fase de conclusão

Dia 27 de janeiro, os membros do Grupo de Trabalho instituído pelo TJMG e Corregedoria Geral de Justiça com a incumbência de elaborar estudos e apresentar propostas relacionadas com a entrega, pelos oficiais de justiça, de mandados de prisão a serem cumpridos por autoridade policial, de ofícios e de outros expedientes diversos reuniu-se e definiu o seguinte calendário para os encaminhamentos de uma proposta de solução para reembolso e indenização dos atos cumpridos por oficiais de justiça ainda não regulamentados, que incluía, desde a apresentação das sugestões dos



Reunião, na Corregedoria Geral de Justiça, do Grupo de Trabalho que estuda solução sobre indenização de transporte para entrega de ofícios e outros expedientes cumpridos por oficiais de justiça

membros dos Grupos de Trabalho, em 11/02, até a apresentação do relatório final, a ser elaborado pelos juízes auxiliares Wilson de Almeida Benevides, presidente do GT, e Andréa Cristina de Miranda Costa, em 18/03. O presidente Cláudio Martins de Abreu, subs-

tituído na reunião pelos diretores Samuel Gabriel Silva Oliveira (Financeiro) e Ricardo Augusto de Andrade (Jurídico), representa o SINDOJUS/MG nesse GT. Dia 4 de fevereiro, foi protocolizado ofício com as sugestões do SINDOJUS/MG (veja matéria publicada

no site do Sindicato em 10/02/11).

Outros dois GTs que foram designados pelo Tribunal tratarão dos seguintes estudos: Redesenho e Revisão Anual (data-base). Em ambos, o SINDOJUS/MG será representado pelo presidente Cláudio Abreu.

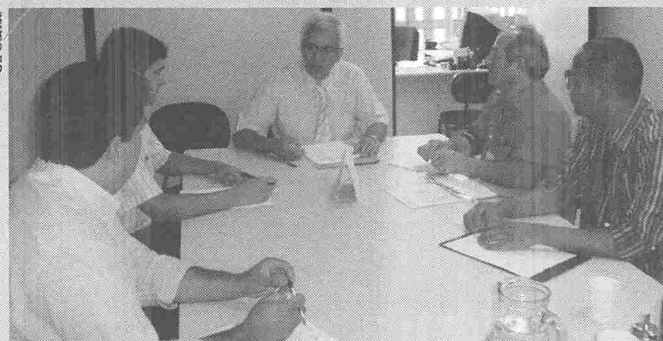
Vale refeição e prêmio por produtividade

E em 7 de fevereiro, foram publicadas duas portarias da presidência do TJMG designando representantes dos três sindicatos (SINDOJUS/MG, SINJUS e SERJUSMIG) para duas comissões para estudo de questões de interesse dos servidores: uma, para estudos sobre o prêmio por

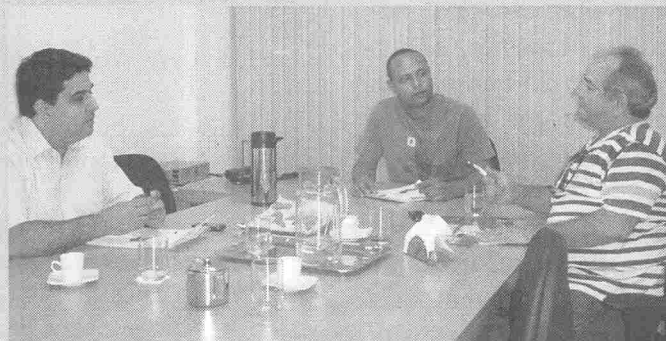
produtividade, tem entre os integrantes o diretor jurídico do SINDOJUS/MG, Ricardo Augusto de Andrade, e deverá concluir os trabalhos até 30 de junho; a outra, que estudará políticas para reajustes do vale-lanche, conta com a participação do diretor de Assuntos Sindicais, Érlon Angelo

Cunha, e tem prazo até 20 de maio para conclusão dos estudos. Esta última já se reuniu duas vezes: uma, no Tribunal de Justiça, com a participação de todos os membros, e a outra na sede do SINDOJUS/MG, entre representantes dos três sindicatos. Seguindo o que ficou definido na

primeira reunião, as entidades sindicais discutem uma proposta conjunta de sugestões para políticas a serem adotadas a partir de 2012, que será apresentada e debatida na próxima reunião da Comissão, agendada para o próximo dia 15 de março, no Tribunal de Justiça.



Reuniões da comissão de políticas para Auxílio-Alimentação, no TJMG...



...e apenas com a participação dos sindicatos, na sede do SINDOJUS/MG

RUMO AO INTERIOR

SINDOJUS/MG se reúne com oficiais de justiça de comarcas do Triângulo Mineiro

O presidente do SINDOJUS/MG, Cláudio Martins de Abreu, acompanhado do assessor jurídico do Sindicato, Sérgio Alves Antonoff, esteve em três cidades do Triângulo Mineiro, onde os dois participaram de reuniões com colegas de várias comarcas da região. Duas delas ocorreram no dia 17 de fevereiro, em Uberlândia e Monte Carmelo, respectivamente. Nesta, também estiveram presentes colegas das comarcas de Nova Ponte, Coromandel, Estrela do Sul e Patrocínio. E no dia 18, a reunião foi no fórum de Ituiutaba, com os oficiais da comarca.

Nesses encontros, o presidente do SINDOJUS/MG fez um relato sobre o trabalho da entidade, explicando em de-



Os representantes do SINDOJUS/MG, com os oficiais de Ituiutaba...

talhes as ações políticas, administrativas e jurídicas empreendidas em prol dos oficiais de justiça, e sobre o andamento das negociações com o TJMG e a Corregedoria Geral de Justiça acerca da pauta de reivindica-

ções da categoria. Além disso, sanou dúvidas dos colegas e anotou queixas e sugestões que serão examinadas e providenciadas as medidas cabíveis em busca de soluções. Entre outras coisas, Cláudio Martins

de Abreu também falou sobre o novo site do SINDOJUS/MG. As explicações técnicas relativas ao Jurídico, assim como as respostas às indagações pertinentes, ficaram por conta do advogado Sérgio Alves Antonoff.



... e a reunião com os oficiais de Monte Carmelo e comarcas vizinhas

Portaria contestada pelo SINDOJUS/MG

Atendendo aos apelos de oficiais de Monte Carmelo, o SINDOJUS/MG impetrou Mandado de Segurança requerendo a revogação de Portaria que foi lavrada pelo juiz diretor do foro daquela comarca impondo aos oficiais de

justiça a incumbência de entregar processos na sede do Ministério Público local. No MS, o Sindicato apresenta, entre outros, o argumento de que tal determinação não é razoável, nem digna, nem legal, e constitui um autêntico constran-

gimento aos oficiais de justiça, caracterizando um típico exemplo de assédio moral e abuso de autoridade. E dizendo não entender o porquê da concessão de tal privilégio ao MP de Monte Carmelo, lembra que, como os da Procu-

radoria Geral do Estado e Defensoria Pública, a Corregedoria já normatizou como serão a retirada e entrega dos autos. Diante disso, lança a seguinte indagação: por que não normatizar tal procedimento também para o MP?

Verdade seja dita! Adicional de Periculosidade:

Parece até obsessão. Em todas as pautas de reivindicações do SINDOJUS/MG levadas à administração do Tribunal de Justiça, geralmente ao lado da exigência do curso superior, da equivalência salarial para os atuais ocupantes do cargo e da equiparação da verba da assistência judiciária à Tabela D, um item

era certo: o Adicional de Periculosidade. Nas reuniões com o Tribunal de Justiça, tema imprescindível. Nas mobilizações nacionais, em Brasília (DF), e estaduais, em concentrações públicas e na Assembleia Legislativa, um pleito recorrente.

Determinado, o SINDOJUS/MG definiu o Adicional de Periculosidade

como uma das metas a serem firmemente perseguidas, para fazer valer um direito legítimo dos oficiais de justiça, previsto na Lei 10.856/1992. No início das mobilizações que culminaram na 1ª Greve dos Oficiais de Justiça em Minas, no ano passado, lá estava esse item na linha de frente da pauta de reivindicações

que seria formalmente apresentada à administração do TJMG como motivo do movimento paredista que durou exatos 30 dias, movimentando a categoria em todo o estado. Paralelamente ao movimento grevista, o SINDOJUS/MG entregou ofício ao deputado Delvito Alves, relator do PL 3797/09 na CCJ da

As ações do SINDOJUS/MG nos últimos dois anos visando a conquista do Adicional

Em 2010

DEZEMBRO - Nas votações e aprovações do novo projeto na Assembleia - SINDOJUS/MG convoca a categoria e participa de todas as sessões de votação do PL 5038/2010 (institui o Adicional de Periculosidade no patamar de 40% sobre o PJ 01, para os oficiais de justiça, psicólogos, assistentes sociais e comissários da infância e da juventude), que é aprovado nas comissões e plenário.



Votação do PL 5038/10 na Comissão de Administração Pública, na ALMG

NOVEMBRO - Na última assembleia da categoria - Em Assembleia Geral Ordinária, os filiados aprovam as Contas e o Relatório de Gestão do Sindicato e debatem diversas questões de interesse da categoria, entre as quais o Adicional de Periculosidade. Na aprovação do novo anteprojeto do Adicional de Periculosidade pela Corte Superior - O presidente do TJMG, Cláudio Martins de Abreu, assiste à sessão da Corte Superior do Tribunal que

aprova minuta de novo anteprojeto instituindo o Adicional de Periculosidade para os oficiais de justiça e determina a retirada de tramitação do PL 3797/2009.

OUTUBRO - No editorial de repúdio a postura do presidente do TJMG - Depois de reunião infrutífera do presidente do TJMG com os sindicatos, o SINDOJUS/MG contesta, em editorial publicado em seu site, a postura da administração do Tribunal de desrespeito aos direitos dos servidores da Casa (incluindo o pagamento do Adicional de Periculosidade para os oficiais de justiça) e por ignorar o princípio da isonomia ao destinar para a categoria fatia bem inferior à reservada para os magistrados em projeto de lei que autorizava a liberação de verba suplementar para o Tribunal.

SETEMBRO - Nas negociações com o TJMG - Em mais uma reunião do secretário especial da presidência do TJMG, Luiz Carlos Elói, com representantes dos sindicatos, o SINDOJUS/MG cobra novamente posição do Tribunal em relação ao Adicional de Periculosidade.

AGOSTO - Na audiência pública - O SINDOJUS/MG convoca a categoria e participa, na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública que discute os projetos de lei nº 4631/10 (do curso superior) e 3797/09 (que prevê a concessão do adicional de periculosidade

para a categoria), oportunidade em que cobra a urgente aprovação de ambas as matérias.

JULHO - Na pauta de reivindicações - Por solicitação do interlocutor do Tribunal de Justiça para negociar com os sindicatos os pleitos dos servidores, o SINDOJUS/MG protocola, no Tribunal, requerimentos com mais de uma dezena de reivindicações, entre as quais o Adicional de Periculosidade.

JUNHO - No dia da posse do atual presidente do TJMG - Durante solenidade de posse do novo presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, no Fórum Lafayette, do lado de fora, nas escadarias, dezenas de servidores da 1ª e da 2ª Instâncias, e liderados pelos três sindicatos, protestam mais uma vez contra a intransigência da administração do Tribunal em relação ao cumprimento de direitos dos servidores. Mais uma vez, o SINDOJUS/MG cobra o Adicional de Periculosidade para os oficiais de justiça.



O SINDOJUS/MG na manifestação conjunta, em frente ao Fórum Lafayette, durante a posse do atual presidente do TJMG, em junho passado

Vitória dos Oficiais de Justiça e do SINDOJUS/MG

Assembleia, com sugestão de emenda – prontamente acolhida pelo parlamentar – assegurando esse direito para os oficiais de justiça.

Encerrou 2009 e vieram as sucessivas etapas de votação do projeto na Assembleia, lá estava o SINDOJUS/MG, presente e negociando, ora com os parlamentares, ora com

o Tribunal. Veio a audiência pública, lá estava o SINDOJUS e o presidente da FOJEBRA, além de dezenas de oficiais de justiça. Reunião da Corte do TJMG, o presidente Cláudio Martins de Abreu assistiu à aprovação do novo anteprojeto que substituiria o PL 3797/2009 na Assembleia. Com o novo projeto (PL 5038/2010),

novamente o SINDOJUS/MG, negociando e comparando às votações no Legislativo.

O SINDOJUS/MG entende que o projeto aprovado, concedendo os 40% somente sobre o PJ 01, ainda não é o ideal. Mas avalia que é o começo, o reconhecimento do Tribunal de que o exercício da atividade de oficial de

justiça oferece risco. De forma responsável, com muito trabalho e atento às possibilidades que venham a surgir, buscará meios de garantir, futuramente, o pagamento desse percentual sobre o real vencimento da categoria.

Tudo isso são fatos. Quem quiser continuar acreditando em meros discursos, paciência!

MAIO - Na mobilização conjunta dos três sindicatos – SINDOJUS/MG, SINJUS e SERJUSMIG se juntam e realizam manifestações, no Fórum Lafayette e no Tribunal de Justiça, em defesa de pautas comum e específicas de cada categoria (no caso do SINDOJUS/MG, o Adicional de Periculosidade, inclusive). **Na primeira AGE do ano** – Em mais uma assembleia convocada pelo SINDOJUS/MG, os oficiais de justiça debatem vários assuntos pertinentes à categoria, entre os quais o Adicional de Periculosidade.

MARÇO - No Dia Nacional de Mobilização e Lutas – Pelo segundo ano consecutivo, a FOJEBRA e entidades filiadas, entre as quais o SINDOJUS/MG, participam de passeata e audiência pública, em Brasília (DF), defendendo uma extensa pauta de reivindicações (contendo 25 itens, incluindo o Adicional de Periculosidade) para os oficiais de justiça estaduais de todo o país.



Oficiais superlotam mais uma AGE durante a memorável greve da categoria, em 2009

Em 2009

DEZEMBRO - Apresentando emenda ao PL 3797/09 – SINDOJUS/MG entrega ao deputado Delvito Alves, relator do PL 3797/09 na Comissão de Constituição e Justiça da ALMG, sugestão e pedido de apresentação de emenda instituindo o Adicional de Periculosidade para os oficiais de justiça, no percentual de 40% sobre o vencimento do respectivo padrão. Emenda é acolhida e apresentada pelo parlamentar e o SINDOJUS/MG, juntamente com a categoria, comparece às sessões de votação.

NOVEMBRO/DEZEMBRO - Na 1ª Greve dos Oficiais de Justiça Avaliadores mineiros – Entre os itens da pauta de reivindicações da greve protocolizada no TJMG, o "Pagamento do Adicional de Periculosidade".

SETEMBRO - Na grande manifestação em Belo Horizonte antes da greve – Cerca de 400 oficiais de justiça da capital e de diversas comarcas do interior, liderados pelo SINDOJUS/MG, se concentram em

frente ao Fórum Lafayette, e, em seguida, rumam em passeata em direção ao Tribunal de Justiça, protestando contra o descaso e a forma arbitrária com que a administração do TJMG vinha conduzindo várias questões relativas à categoria, entre as quais o Adicional de Periculosidade.

JUNHO - Mandado de Injunção - SINDOJUS/MG protocoliza, no Tribunal de Justiça, Mandado de Injunção, com pedido de liminar, em face do presidente do órgão, requerendo o pagamento do Adicional de Periculosidade, no percentual de 30%, para os seus filiados. O MS se sustenta na alegação de que o adicional é devido aos oficiais de justiça por razões de fato e de direito. (Veja, anexas, a matéria publicada em 17/12/10, no site do SINDOJUS/MG, cópias dos seguintes documentos: Ofício ao presidente da ALMG, Ofício a Elói e a Pauta de Reivindicações, Ofício ao Deputado Delvito Alves e Parecer do parlamentar, Ofício ao Desembargador Sérgio Resende).



Oficiais mineiros exibem faixa do SINDOJUS/MG no Dia Nacional de Luta, na capital federal, em março do ano passado

PLANO DE CARREIRAS

SINDOJUS/MG apresenta sugestões solicitadas pelo Tribunal de Justiça

O SINDOJUS/MG aguarda os desdobramentos do estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho que foi constituído pelo TJMG com o objetivo de analisar os substitutivos apresentados ao anteprojeto de Resolução que regula o Plano de Carreiras dos servidores das 1ª e 2ª Instâncias. A esse trabalho, foram incorporadas sugestões dos três sindicatos (SINDOJUS/MG,

SINJUS e SERJUSMIG). As do SINDOJUS/MG, colhidas junto aos filiados, foram detalhadas em ofício direcionado ao desembargador Joaquim Herculano, vice-presidente do Tribunal e superintendente da EJEF (Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes), protocolizado em 17 de janeiro. Os sindicatos não foram atendidos no pedido que formularam ao desembargador

Joaquim Herculano, através de requerimento conjunto, para que também pudessem participar das reuniões e discussões do GT, que teve como coordenadora Maria Madalena Cardoso Garcia Girão, diretora executiva de Desenvolvimento de Pessoas e gerente de Desenvolvimento e Acompanhamento das Carreiras, do TJMG.

Apesar do respeito à representatividade

das demais entidades sindicais, algumas das sugestões apresentadas pelo SINDOJUS/MG, certamente, repercutirão na totalidade dos servidores, sem que tal constatação configure ingerência por parte do Sindicato, que apenas visa defender os interesses de seus representados. **(Veja as sugestões em matéria publicada no site do SINDOJUS/MG em 01/02/11).**

Aconteceu

Destaques no Executivo e Judiciário cearenses

O SINDOJUS/CE (Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará) publicou nota comemorando e enaltecendo a designação de dois oficiais de justiça para ocuparem cargos de destaque no Executivo e Judiciário daquele estado: José Iraguassu Teixeira Filho, que é também vice-presidente do SINDOJUS/CE, foi nomeado secretário executivo do Meio Ambiente, pelo governador Cid Gomes; e o colega Gustavo Henrique de Almeida Pinheiro foi nomeado "Consultor Jurídico da Presidência,

pelo presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa. "Estas nomeações refletem o alto grau de qualificação da nossa categoria, oficiais de justiça, pois a ascensão a elevados cargos exige conhecimento acadêmico, vida prática, seriedade, qualidades que nossos colegas Iraguassu e Gustavo já demonstraram e demonstram no dia-a-dia de suas labutas", comemorou a diretoria do sindicato cearense, na nota assinada pelo diretor de comunicação, Vagner Venâncio.

Suspensas inscrições no clube da AASBEMGE



A AASBEMGE, clube de lazer com o qual o SINDOJUS/MG mantém convênio, informou em seu site que a inscrição de novos sócios está suspensa desde o dia 7 de fevereiro. Motivo alegado: risco de superlotação, em razão do forte calor do verão que vinha atraindo grande comparecimento dos associados às dependências do clube.

Segundo o presidente do clube, Roberto Teixeira de Souza, a medida visa, "primordialmente", preservar o conforto e a segurança daqueles que hoje já são associados e participam do dia-a-dia do clube. Assim que houver nova orientação do clube em relação à questão, o SINDOJUS/MG a divulgará para os seus associados.

PEDÁGIO

Pagamento dessas despesas aguarda só publicação de provimento da CGJ

Em reunião realizada no dia 21 de fevereiro, na Corregedoria Geral de Justiça, por solicitação do SINDOJUS/MG, Maria Cecília Belo, titular da Secretaria de Padronização da 1ª Instância, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional (SEPAC), informou ao presidente do Sindicato, Cláudio Martins de Abreu, que já está prestes a ser solucionada a questão do pagamento do pedágio para oficiais de justiça em comarcas onde é cobrado esse serviço para realização das diligências. Ela explicou que os critérios para o pagamento dessas despesas já foram definidos e serão oficializados através de alteração no Provimento-Conjunto nº 15/2010 (do TJMG e CGJ), que "dispõe sobre o recolhimento das custas judiciais, da Taxa Judiciária, da fiança das despesas processuais e de outros valores devidos no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus e dá outras providências". A minuta para mudança no Provimento, avisou, dependia somente de apreciação do Comitê de Planejamento de Ação Correicional, o que ocorreria no dia 25. Sendo aprovada (Até o fechamento desta edição, o SINDOJUS/MG não havia conseguido obter o resultado da reunião



O presidente do SINDOJUS/MG, Cláudio Abreu, com Maria Cecília Belo, titular da SEPAC, da Corregedoria

do Comitê), a alteração do Provimento deverá ser publicada dentro de duas semanas. "Não vejo nenhum problema para a aprovação dessa minuta", tranquilizou a diretora da SEPAC.

Maria Cecília Belo adiantou alguns detalhes da sistemática a ser adotada para pagamento do pedágio. O oficial de justiça receberá o correspondente às despesas de ida e volta para dar cabo, de uma só vez, a todos os mandados que tiver de cumprir, no mesmo dia, além da barreira de pedágio. Só receberá mais do que isso no mesmo dia se, depois de já ter realizado uma viagem, houver necessidade de outra para cumprimento de mandados mais complexos ou de urgência.

Luta antiga do SINDOJUS/MG

O pagamento do pedágio para deslocamento de oficiais de justiça dentro das comarcas do interior é uma reivindicação antiga do SINDOJUS/MG, que reiterou novamente o pedido à Corregedoria Geral de Justiça em ofício protocolizado em agosto do ano passado. Em ofício datado de 2 de setembro, Maria Cecília Belo, diretora da SEPAC, comunicou o seguinte ao SINDOJUS/MG: "Acuso o recebimento do Ofício SINDOJUS-MG - 000053/2010, referente à Verba Indenizatória do Oficial de Justiça, e informo a V.Sa. que já existe nesta Corregedoria de

Justiça uma Comissão realizando estudos para revisão e atualização das Leis 14.938/03 e 14.939/03, que tratam respectivamente da Taxa Judiciária e das Custas Judiciais".

Outra luta – entre as muitas que o Sindicato enfrenta visando a minimizar os prejuízos sofridos pelos oficiais de justiça, sobretudo os do interior – é pela equiparação da verba indenizatória da Assistência Judiciária à Tabela D. O Sindicato até cobrou isso da Corregedoria, mas, ao que parece, a questão deve ser resolvida, mesmo, é no âmbito do Tribunal de Justiça.

NEGOCIAÇÕES

Sindicatos se reúnem com Tribunal para discutirem a Promoção Vertical

Foi realizada no último dia 25, no Tribunal de Justiça, reunião entre representantes do Tribunal e dos sindicatos para tratarem especificamente da Promoção Vertical. O presidente Cláudio Martins de Abreu representou o SINDOJUS/MG, enquanto o TJMG esteve representado pelo interlocutor especial da Presidência, Luiz Carlos Gonçalves Elói, e pelo secretário de Planejamento e Gestão, Renato Soares Cardoso. As entidades pleiteiam a regularização dos concursos de Promoção Vertical relativos aos exercícios de 2009, 2010 e 2011. Com relação ao



Nessa reunião, os representantes dos sindicatos pedem urgência na regularização dos concursos da Promoção Vertical de 2009 a 2011

concurso de 2007, os representantes do TJMG informaram que está sendo aguardada decisão dos recursos. E quanto ao de 2008, a previsão é de que a análise de documentos

seja concluída até agosto deste ano.

Como o titular da Seplag teve que se ausentar mais cedo da reunião, ao final o interlocutor especial da Presidência

acertou com os sindicalistas que repassará a Renato Cardoso Soares todos os itens que foram consenso entre as partes para que ele organize o conteúdo em documento que encaminhará a cada um dos sindicatos até a próxima segunda-feira, 28. Por outro lado, as entidades também ficaram de organizar suas propostas para, posteriormente, discuti-las em nova reunião com os representantes do Tribunal, até que as partes cheguem a um consenso e a proposta final seja apresentada ao presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa.

Tome nota

Ações ajuizadas pelo SINDOJUS/MG

Veja as ações coletivas patrocinadas pelo SINDOJUS/MG, em favor dos seus filiados, e onde tramitam:

• **Equiparação da Verba da Assistência Judiciária à Tabela D:** Ação Ordinária, Processo nº 0024.09.507.199-9, na 5ª Vara de Fazenda Estadual.

• **Dois terços de férias nos moldes dos servidores da Segunda Instância do TJMG:** Mandado de Segurança nº 1.0000.09.4980.46-3/000, no TJMG, Segunda Instância; denegada a segurança, o SINDOJUS/MG interpôs recurso, que aguarda decisão.

• **Aposentadoria Especial (TJMG):** Mandado de Injunção nº 1.0000.09.498619-7/000, tramita no TJMG, Segunda Instância.

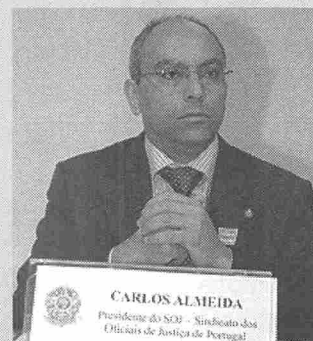
• **Aposentadoria Especial (STF):** Mandado de Injunção nº 1261, no STF, já recebeu parecer da PGR, pela procedência parcial do pedido e aguarda parecer da relatora, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Oficiais de justiça e o Judiciário de Portugal

Em entrevista concedida à Associação dos Oficiais de Justiça de São Paulo (Aojesp), o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal, Carlos Almeida

(foto), satisfaz a curiosidade de seus colegas brasileiros sobre a atividade de oficial de justiça e o funcionamento do Poder Judiciário naquele país. Remuneração, condições de trabalho, dificuldades e situações de perigo enfrentadas pelos oficiais portugueses, além da relação desses servidores com os magistrados locais, suas observações sobre o Judiciário europeu e suas impressões sobre os oficiais de justiça brasileiros. Essas são algumas das indagações feitas a Almeida, que, ao tecer comentários sobre sua visita ao Brasil, em março de 2009 (quando foi feita a entrevista), para participar das atividades do Dia Nacional de Luta

dos Oficiais de Justiça, em Brasília (DF), inclui o presidente do SINDOJUS/MG, Cláudio Martins de Abreu, entre personalidades que, acredita ele, "estarão na primeira linha de um combate que (os oficiais de justiça) vão vencer". A íntegra da entrevista encontra-se disponível no site www.sindojusmg.org.br (publicada na seção "Notícias", em 09/02/2011).



MAIS UM SINDOJUS

Oficiais de justiça do Rio Grande do Norte aprovam criação do SINDOJUS/RN



Oficiais de justiça na Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a transformação da Aojern em SINDOJUS/RN

Assembleia Geral Extraordinária dos oficiais de justiça do Rio Grande do Norte realizada no último dia 19/02 ratificou as alterações do estatuto da Associação da classe (Aojern) aprovadas pelos associados em AGE anterior ocorrida em 28 de agosto passado.

A principal modificação aprovada no estatuto foi a transformação daquela Associação em Sindicato, que passa a se chamar SINDOJUS/RN (Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte). Com isso, reafirma-se a tendência nacional de adoção da sigla SINDOJUS entre as entidades sindicais da base da FOJEBRA. Além do SINDOJUS/MG, criador da sigla, e do SINDOJUS/RN, também já têm essa denominação os sindicatos do Ceará

(SINDOJUS/CE), Mato Grosso (SINDOJUS/MT) e Santa Catarina (SINDOJUS/SC).

Na AGE de 19 de fevereiro, os oficiais potiguaros também elegeram a diretoria colegiada do novo sindicato para o triênio 2011/2013. Dentro de 90 dias, serão escolhidos os membros dos Conselhos de Representantes Regionais distribuídos nas cidades de Pau dos Ferros, Mossoró, Caicó e Santa Cruz.

Próximo sindicato da categoria deve ser criado em Goiás

A AOJUSGO (Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de Goiás) publicou edital convocando seus associados para Assembleia Geral Extraordi-

nária a ser realizada no próximo dia 3 de março, para deliberar sobre a seguinte pauta: a) Aprovação da fundação do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de Goiás b) Eleição, apuração e posse da Diretoria e Conselho Fiscal; c) Aprovação do Estatuto Social e demais atos constitutivos.

Se será SINDOJUS, ainda não se sabe. Certo é que, caso os oficiais goianos aprovelem a proposta pautada, o sindicato daquele estado se somará aos cinco SINDOJUS e, ainda, às entidades sindicais de oficiais de justiça da Paraíba (SOJEP), do Pernambuco, do Espírito Santo (SINDIOFICIAIS/ES) e do Tocantins (SOJUS-TO) – os dois últimos, em processo de regularização.

Por uma categoria cada vez mais forte

O SINDOJUS/MG parabeniza os oficiais de justiça potiguaros pela brilhante decisão de criarem o seu sindicato e espera que os colegas dos demais estados que ainda não têm sua entidade sindical sigam esse exemplo. Isso só contribuirá para o engrandecimento e o fortalecimento da categoria, pois, somente através de seus próprios sindicatos, juntamente com a FOJEBRA, os oficiais de justiça estaduais do Brasil terão legitimidade para obter êxito em suas inúmeras lutas por melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Novo SITE

Diversidade de conteúdos, facilidade de navegação e interatividade

Está no ar, desde o dia 28 de janeiro, o novo site do SINDOJUS/MG, com visual diferente, conteúdo ampliado, mais e melhores ferramentas de navegação e canais de interatividade. Pelas páginas do novo site, o internauta encontrará as notícias e textos jurídicos e da legislação de interesse dos oficiais de justiça avaliadores mineiros. Também terá acesso a fotos, vídeos e áudios pertinentes à categoria e às informações sobre os benefícios disponibilizados pela entidade aos seus filiados. Além disso, poderá conhecer a história, o estatuto, a sede e a atual diretoria do Sindicato, e, até mesmo, interagir com diretores e as assessorias jurídica e de comunicação, enviando-lhes e-mails. Interatividade que se tornará



possível também em tempo real através do "Fórum" (veja link na página principal) que se encontra em fase final de implantação. E para maior comodidade, o internauta poderá obter informações veiculadas no site também por meio

do twitter <http://twitter.com/sindojusmg>.

Inclua-se no mailling do Sindicato

O correio eletrônico é outro canal por meio do qual o SINDOJUS/MG estreita sua comunicação

com os filiados. Forneça seu e-mail ao Sindicato, que o incluirá em grupo de e-mails (*mailling*) somente de filiados para o qual serão disparados, de uma única mensagem, os comunicados mais urgentes de interesse da categoria.

8 de Março - Dia Internacional da Mulher

Bem distante da suntuosidade dos palácios, dos luxuosos gabinetes, desbravaram os rincões deste imenso estado resignadas mulheres que levam a mensagem da Justiça aos cidadãos de Minas.

*Na passagem de mais um Dia Internacional da Mulher, nossos parabéns, bravas e dedicadas
Oficiais de Justiça Avaliadoras mineiras!*